

Argo III Transmissão
de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício
findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da
Argo III Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo III Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo III Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo III Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo III Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.174	479	Fornecedores	13	4.712	12.681
Títulos e valores mobiliários	7.1	103.849	94.567	Encargos sociais e trabalhistas	14	1.291	887
Concessionárias e permissionárias	8	11.460	9.967	Obrigações tributárias	15	2.354	2.284
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	2.088	4.841	Obrigações regulatórias	16	998	754
Tributos a compensar		45	41	Dividendos a pagar		250	-
Despesas pagas antecipadamente	10	157	5.560	Contas a pagar - partes relacionadas	18	283	191
Outros Ativos		4.845	2.858	Empréstimos e Financiamentos	17	28.563	27.107
Total do ativo circulante		127.618	118.313	Provisões	19	12.623	13.265
				Outros passivos		4.948	114
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		56.022	57.283
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	16.369	14.317	NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	39.512	39.589	Empréstimos e Financiamentos	17	625.234	614.961
Almoxarifado		2.944	-	Total do passivo não circulante		625.234	614.961
Imobilizado	11	491.328	508.618	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
Intangível	12	8.124	11.695	Capital social		116.250	116.250
Total do ativo não circulante		558.277	574.219	Reserva de lucros		30.763	26.780
				Prejuízos acumulados		(142.374)	(122.742)
TOTAL DO ATIVO		685.895	692.532	Total do patrimônio líquido		4.639	20.288
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		685.895	692.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	22	110.013	100.272
RECEITA BRUTA		<u>110.013</u>	<u>100.272</u>
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	22	(1.864)	(1.709)
(-) COFINS sobre faturamento	22	(8.584)	(7.872)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22	(393)	(369)
FNDCT	22	(393)	(369)
MME	22	(197)	(185)
TFSEE	22	(329)	(458)
RECEITA LÍQUIDA		<u>98.253</u>	<u>89.310</u>
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	23	(5.446)	(4.120)
Materiais	23	(357)	(274)
Arrendamentos e aluguéis	23	(191)	(234)
Pessoal e administradores	23	(8.479)	(8.260)
Tributos	23	(85)	(117)
Seguros	23	(274)	-
Depreciação e amortização	23	(21.001)	(13.999)
Outros gastos operacionais		(295)	(177)
Outras receitas operacionais		810	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		<u>62.935</u>	<u>62.129</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>62.935</u>	<u>62.129</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	12.979	14.407
Despesas financeiras	24	(68.231)	(71.240)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>7.683</u>	<u>5.296</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(179)	-
Diferido	25	(77)	24.620
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.427</u>	<u>29.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.427	29.916
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>7.427</u></u>	<u><u>29.916</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva			Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros	Prejuízos acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		116.250	1.075		27.793	(97.533)	47.585
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.916	29.916
Dividendos pagos		-	-	-	-	(29.501)	(29.501)
Constituição de reserva legal	23	-	2.754	-	-	(2.754)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(27.669)	-	(27.669)
Constituição de reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	22.827	(22.827)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	(43)	(43)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		116.250	3.829	-	22.951	(122.742)	20.288
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.427	7.427
Constituição de reserva legal	23	-	1.359	-	-	(1.359)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	-	-	803	-	(803)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	(250)	(250)
Constituição de reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	24.648	(24.647)	1
Dividendos intermediários	23	-	-	-	(22.827)	-	(22.827)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		116.250	5.188	803	24.772	(142.374)	4.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		7.427	29.916
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	77	(24.620)
Baixa de imobilizado		631	-
Amortização dos custos de transação	17	(4.205)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	24	(13.161)	(14.407)
Depreciação e Amortização	11 e 12	21.001	13.999
Juros e variação sobre empréstimos	17	65.823	69.457
Caixa gerado pelas operações		<u>77.593</u>	<u>74.345</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	8	(1.493)	(5.729)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	2.909	(3.532)
Tributos a compensar		(4)	-
Despesas pagas antecipadamente	10	5.403	(5.336)
Contas a receber - partes relacionadas		-	28
Almoxarifado		(837)	-
Outros ativos		(1.987)	(177)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(7.969)	(5.088)
Encargos sociais e trabalhistas	14	404	(25)
Obrigações tributárias	15	70	918
Obrigações regulatórias	16	244	311
Contas a pagar - partes relacionadas	18	92	(145)
Outros passivos		4.834	(594)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(156)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>78.461</u>	<u>54.976</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(2.877)	-
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(76.943)	(160.282)
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	78.951	176.928
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(869)</u>	<u>16.646</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(22.827)	(57.170)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	1.542	-
Pagamento de juros de empréstimos	17	(28.766)	-
Pagamento principal de empréstimos	17	(22.665)	-
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(1.816)	(14.317)
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	1.635	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(72.897)</u>	<u>(71.487)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>4.695</u>	<u>135</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	5.174	479
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	479	344
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.695</u>	<u>135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de abril de 2016 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 26 de novembro de 2018, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), para a aquisição de 100% das ações da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III.

A Companhia é uma controlada integral da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil, ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4, 230 kV, com extensão de 145 km; Linha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em julho de 2020 a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma antecipou parcialmente o recebimento da RAP em 27 meses, e em fevereiro de 2022 a Companhia finalizou a construção total do empreendimento, e o investimento total foi de aproximadamente R\$ 549.982.

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$ 72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.004 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo III.

Em 2023, foi realizada a revisão tarifária da concessão da Argo III que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -1,89% para a RAP do ciclo 2023-2024. A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada

neste período. Esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL de forma espontânea pela Companhia, a resposta recebida é de que o montante será descontado no ciclo 2024-2025.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental de Argo III Transmissão de Energia S.A. é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

ARGO III apresenta os seguintes prazos de validade das respectivas licenças ambientais requeridas para a construção e operação dos seguintes empreendimentos:

EMPREENHIMENTO	LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO
Linha de Transmissão (LT) 230 kv Samuel – Ariquemes – Ji Paraná C4	150032	21/05/2020	20/05/2024
Ampliação da Subestação (SE) Coletora Porto Velho 69 KV, com transformação de 2xn100 MVA de 7.950 m ²	-	-	-
Ampliação da Subestação (SE) Samuel para uma área de 6.160 m ² .	150060	27/05/2020	26/05/2024
Ampliação da Subestação (SE) Ariquemes 230/69/13,8 KV em 19.165 m ²	149397	21/02/2020	21/02/2024
Ampliação da subestação (SE) Jaru em 15.367 m ²	151634	26/02/2021	26/02/2025
Ampliação de subestação (SE) Ji Paraná 230/138/69/13,8 KV, com área de 10.017 m ² .	149344	18/02/2020	17/02/2024

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS*) estão descritas na nota explicativa nº 29.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 28 de março de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

4.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

5 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
 - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
 - (ii) CPC 47 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) **Pessoal – Estagiários:** as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) **Imobilizado:** abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- e) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como:** abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundos vinculados – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar – partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

5.6 Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	5.032	365
Aplicações automáticas	142	114
Total	<u>5.174</u>	<u>479</u>

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	103.849	94.567
Total	<u>103.849</u>	<u>94.567</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 106,97% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,83% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva	16.369	14.317
Total	<u>16.369</u>	<u>14.317</u>

(**) Para fins de garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimento em renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 98,12% do CDI (98,12% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de Uso de Rede Elétrica	11.460	9.967
Total	11.460	9.967

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a vencer	9.485	9.393
Títulos vencidos em até 30 dias	-	-
Títulos vencidos em até 90 dias	990	9
Títulos vencidos há mais de 90 dias	985	565
	11.460	9.967

9 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.088	4.841
Total	2.088	4.841

10 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar (*)	157	182
Outras despesas a apropriar	-	5.378
Total	157	5.560

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 26.

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	516.939	-	-	3.229	-	520.168	3.229	(34.769)	485.399	503.310	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.075	-	-	506	-	16.581	506	(1.615)	14.966	15.516	-	-	-
Máquinas e equipamentos	500.604	-	-	2.709	-	503.313	2.709	(33.109)	470.204	487.550	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	260	-	-	14	-	274	14	(45)	229	244	-	-	-
Administração	991	-	(991)	263	-	263	(728)	(41)	222	811	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	206	-	206	206	(33)	173	-	-	-	-
Veículos	991	-	(991)	-	-	-	(991)	-	-	811	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	57	-	57	57	(8)	49	-	-	-	-
Subtotal	517.930	-	(991)	3.492	-	520.431	2.501	(34.810)	485.621	504.121	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	4.497	1.873	-	(4.043)	-	2.325	(2.172)	-	2.325	4.497	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4.497	1.873	-	(4.043)	-	2.325	(2.172)	-	2.325	4.497	-	-	-
Administração	-	-	-	3.382	-	3.382	3.382	-	3.382	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	2.023	-	2.023	2.023	-	2.023	-	-	-	-
Outros	-	-	-	1.359	-	1.359	1.359	-	1.359	-	-	-	-
Subtotal	4.497	1.873	-	(661)	-	5.707	1.210	-	5.707	4.497	-	-	-
Total do ativo imobilizado	522.427	1.873	(991)	2.831	-	526.138	3.711	(34.810)	491.328	508.618	-	-	-

Argo III Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Regulatorias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	484.852	-	-	32.087	-	516.939	32.087	(13.629)	503.310	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.469	-	-	606	-	16.075	606	(559)	15.516	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	469.130	-	-	31.474	-	500.604	31.474	(13.054)	487.550	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	253	-	-	7	-	260	7	(16)	244	-	-	-	-
Administração	991	-	-	-	-	991	-	(180)	811	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	991	-	-	-	-	991	-	(180)	811	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	485.843	-	-	32.087	-	517.930	32.087	(13.809)	504.121	-	-	-	-

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	23.084	8.422	-	(27.009)	-	4.497	(18.587)	-	4.497	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.329	-	-	(13.329)	-	-	(13.329)	-	-	-	-	-	-
Outros	9.755	8.422	-	(13.680)	-	4.497	(5.258)	-	4.497	-	-	-	-
Administração	5.078	-	-	(5.078)	-	-	(5.078)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	5.078	-	-	(5.078)	-	-	(5.078)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	28.162	8.422	-	(32.087)	-	4.497	(23.665)	-	4.497	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	514.005	8.422	-	-	-	522.427	8.422	(13.809)	508.618	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	1.873	1.873
Total das Adições	1.873	1.873

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	7.117	-	-	-	-	7.117	-	-	7.117	7.117
Servidões	7.117	-	-	-	-	7.117	-	-	7.117	7.117
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	52	-	-	(52)	-	-	(52)	-	-	42
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	52	-	-	(52)	-	-	(52)	-	-	42
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.169	-	-	(52)	-	7.117	(52)	-	7.117	7.159
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	4.536	1.006	-	(4.535)	-	1.007	(3.529)	-	1.007	4.536
Softwares	768	-	-	(768)	-	-	(768)	-	-	768
Outros	3.768	1.006	-	(3.767)	-	1.007	(2.761)	-	1.007	3.768
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.536	1.006	-	(4.535)	-	1.007	(3.529)	-	1.007	4.536
Total do ativo Intangível	11.705	1.006	-	(4.587)	-	8.124	(3.581)	-	8.124	11.695

Argo III Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	7.117	-	-	-	-	7.117	-	-	7.117	7.117
Servidões	7.117	-	-	-	-	7.117	-	-	7.117	7.117
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	52	-	-	-	-	52	-	(10)	42	52
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	52	-	-	-	-	52	-	(10)	42	52
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.169	-	-	-	-	7.169	-	(10)	7.159	7.169
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	4.227	309	-	-	-	4.536	309	-	4.536	4.227
Softwares	768	-	-	-	-	768	-	-	768	768
Outros	3.459	309	-	-	-	3.768	309	-	3.768	3.459
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	4.536	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.227	309	-	-	-	4.536	309	-	4.536	4.227
Total do ativo Intangível	11.396	309	-	-	-	11.705	309	-	11.695	11.396

13 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	4.712	12.681
Total	<u>4.712</u>	<u>12.681</u>

14 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	57	-
Provisão de bônus	533	438
Provisão de férias	383	182
Encargos trabalhistas	318	267
Total	<u>1.291</u>	<u>887</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e Cofins	2.321	2.216
ICMS	5	-
ISS de terceiros	1	48
Outros tributos	27	20
Total	<u>2.354</u>	<u>2.284</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	862	608
Encargos regulatórios a recolher (*)	136	146
Total	<u>998</u>	<u>754</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

<u>Juros - curto prazo</u>	<u>Principal - curto prazo</u>	<u>Principal + juros - longo prazo</u>	<u>Total</u>
1.524	27.039	625.234	653.797

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Captação	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2022	Captação	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
573.432	-	69.457	-	-	(821)	642.068	1.542	65.823	(22.665)	(28.766)	(4.205)	653.797
573.432	-	69.457	-	-	(821)	642.068	1.542	65.823	(22.665)	(28.766)	(4.205)	653.797

Em 3 de junho de 2019, Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 465.000, destinado às obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. Durante o ano de 2020, o total captado é de R\$ 95.670 (R\$ 343.200 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e à amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação final prevista para 15 de fevereiro de 2043.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pagto. juros	Frequência pagto. juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	03/06/2019	Fiança	IPCA	5,30%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/02/2043	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	29.569
2026	28.599
2027	29.295
2028 em diante	<u>537.771</u>
Total	<u>625.234</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatorias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de março de 2023.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

17.1 Dívida líquida

	Nota	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Custo transação a amortizar CP	Principal e juros de LP	Custo transação a amortizar LP	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos	13	1.524	28.134	(1.094)	647.023	(21.790)	653.797	642.068
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	5	-	5.174	-	-	-	5.174	479
Fundo vinculado - caixa restrito	6.1	-	-	-	16.369	-	16.369	14.317
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	103.849	-	-	-	103.849	94.567
Dívida Líquida		<u>1.524</u>	<u>(80.889)</u>	<u>(1.094)</u>	<u>630.654</u>	<u>(21.790)</u>	<u>528.405</u>	<u>532.705</u>

18 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 283 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

<u>Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos</u>	<u>Vigência</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
		<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	283	191	3.546	4.208
Total		283	191	3.546	4.208

18.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 (R\$ 7.161 em 31 de dezembro de 2022), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

19 Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, a Argo III estimou os custos a incorrer para a conclusão dos projetos, encerramento das obras e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2023 é:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de gastos pré-operacionais	12.623	13.265
Total	12.623	13.265

20 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza cível e fundiária em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

20.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 2.252 (R\$ 600 em 31 de dezembro de 2022).

21 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 116.250 dividido em 116.250.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	116.250	100%	116.250	100%

21.1 Reservas de lucros

21.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 1.359 para constituição da reserva legal.

21.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 24.772 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

21.1.3 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0090/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 11 de novembro de 2020 foi garantido à Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

21.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	7.427	29.916
Reserva legal - (5%)	(1.359)	(2.754)
Reserva de incentivos fiscais	(803)	-
Lucro líquido ajustado	5.265	27.162
Dividendos mínimos obrigatórios	250	-
Reservas de lucros	24.772	22.827

22 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	107.157	96.054
Receita Despacho 1844/17	2.856	4.218
Receita bruta	<u>110.013</u>	<u>100.272</u>
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(10.448)	(9.581)
(-) Encargos regulatórios	(1.312)	(1.381)
Receita líquida	<u>98.253</u>	<u>89.310</u>

23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(8.479)	(8.260)
Materiais	(357)	(274)
Serviços de terceiros	(5.446)	(4.120)
Arrendamentos e aluguéis	(191)	(234)
Depreciação e Amortização	(21.001)	(13.999)
Seguros	(274)	-
Tributos	(85)	(117)
Outros gastos operacionais	(295)	(177)
Total	<u>(36.128)</u>	<u>(27.181)</u>

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	11.290	14.198
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(412)	209
Outras receitas financeiras	2.101	-
Total	<u>12.979</u>	<u>14.407</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(91)	(23)
Juros e variação monetária	(60.445)	(69.457)
Outras despesas financeiras	(7.695)	(1.760)
Total	<u>(68.231)</u>	<u>(71.240)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(55.252)</u>	<u>(56.833)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	7.683	5.296
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(2.612)	(1.801)
Benefício fiscal (*)	9.837	-
Prejuízo fiscal e base negativa	4.444	-
Adições e exclusões permanentes	20	26.421
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(77)	24.620
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(179)	-
Alíquota efetiva	3%	-465%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.969	-	14.969
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	24.620	-	24.620
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.589	-	39.589
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(1.656)	-	(1.656)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	1.579	-	1.579
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.512	-	39.512

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	103.849	94.567	103.849	94.567
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	16.369	14.317	16.369	14.317
Total			120.218	108.884	120.218	108.884
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	5.174	479	5.174	479
Concessionárias e permissionárias	8	2	11.460	9.967	11.460	9.967
Outros ativos		2	4.845	2.858	4.845	2.858
Total Ativo			21.479	13.304	21.479	13.304
Passivos financeiros:						
Outros passivos financeiros:						
Fornecedores	13	2	4.712	12.681	4.712	12.681
Contas a pagar - partes relacionadas	18	2	283	191	283	191
Empréstimos e Financiamentos	17	2	653.797	642.068	653.797	642.068
Outros passivos			4.948	114	4.948	114
Total Passivo			663.740	655.054	663.740	655.054

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 11.460 (R\$ 9.967 em 31 de dezembro de 2022).

26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

Fornecedores	4.712	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	<u>28.563</u>	<u>29.569</u>	<u>28.599</u>	<u>567.066</u>
Total	<u>33.275</u>	<u>29.569</u>	<u>28.599</u>	<u>567.066</u>

26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Total</u>	<u>Cenário</u>		
			<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	5.174	603	452	302
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	103.849	12.098	9.074	6.049
Fundos restritos	Redução do CDI	16.369	1.907	1.430	954
Instrumentos financeiros ativos		125.392	14.608	10.956	7.305
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	653.797	42.824	32.118	21.412
Instrumentos financeiros passivos		653.797	42.824	32.118	21.412

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

28 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Transações que não impactaram caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação de IRPJ	803	-

29 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis

regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

29.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatorio

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
		<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatorio</u>	<u>Societário</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Regulatorio</u>
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.174	-	5.174	479	-	479
Títulos e valores mobiliários	7.1	103.849	-	103.849	94.567	-	94.567
Concessionárias e permissionárias	8	11.460	-	11.460	9.967	-	9.967
Despesas pagas antecipadamente	10	157	-	157	5.560	-	5.560
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	2.088	-	2.088	4.841	-	4.841
Outros tributos a compensar		45	-	45	41	-	41
Outros ativos		4.845	-	4.845	2.675	183	2.858
Ativo da concessão	28.3	110.979	(110.979)	-	108.406	(108.406)	-
Total do ativo circulante		238.597	(110.979)	127.618	226.536	(108.223)	118.313
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão	28.3	693.359	(693.359)	-	683.169	(683.169)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	16.369	-	16.369	14.317	-	14.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	39.512	39.512	-	39.589	39.589
Estoque - almoxarifado		2.944	-	2.944	-	-	-
Imobilizado	11	5.704	485.624	491.328	5.949	502.669	508.618
Intangível	12	32	8.092	8.124	41	11.654	11.695
Total do ativo não circulante		718.408	(160.131)	558.277	703.476	(129.257)	574.219
TOTAL DO ATIVO		957.005	(271.110)	685.895	930.012	(237.480)	692.532

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	4.712	-	4.712	12.681	-	12.681
Encargos sociais e trabalhistas	14	1.291	-	1.291	887	-	887
Empréstimos e Financiamentos	17	28.563	-	28.563	27.107	-	27.107
Obrigações tributárias	15	2.354	-	2.354	2.284	-	2.284
Obrigações regulatórias	16	998	-	998	754	-	754
PIS e COFINS diferidos	28.3	10.266	(10.266)	-	10.028	(10.028)	-
Provisões	19	12.623	-	12.623	13.265	-	13.265
Dividendos a pagar		250	-	250	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18	283	-	283	191	-	191
Outros passivos		4.948	-	4.948	115	-	114
Total do passivo circulante		66.288	(10.266)	56.022	67.312	(10.028)	57.283
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	17	625.234	-	625.234	614.961	-	614.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.334	(54.334)	-	41.640	(41.640)	-
PIS e COFINS diferidos		64.136	(64.136)	-	63.193	(63.193)	-
Total do passivo não circulante		743.704	(118.470)	625.234	719.794	(104.833)	614.961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	21	116.250	-	116.250	116.250	-	116.250
Reservas de lucros		30.763	-	30.763	26.656	124	26.780
Prejuízos acumulados		-	(142.374)	(142.374)	-	(122.743)	(122.742)
Total do patrimônio líquido		147.013	(142.374)	4.639	142.906	(122.618)	20.288
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		957.005	(271.110)	685.895	930.012	(237.480)	692.532

29.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receitas							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	110.013	110.013	-	100.272	100.272
Receita de remuneração do ativo de contrato		110.742	(110.742)	-	109.473	(109.473)	-
Receita de operação e manutenção		26.570	(26.570)	-	24.761	(24.761)	-
Receita de Construção		-	-	-	11.121	(11.121)	-
Ganho de Eficiência		-	-	-	22.178	(22.178)	-
Revisão tarifária periódica		(15.491)	15.491	-	-	-	-
Outras Receitas		956	(956)	-	(1.361)	1.361	-
Tributos							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(1.181)	1.181	-	(5.953)	5.953	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(10.448)	-	(10.448)	(9.581)	-	(9.581)
Encargos – Parcela “A”							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(393)	-	(393)	(369)	-	(369)
F.N.D.C.T.	22	(393)	-	(393)	(369)	-	(369)
M.M.E..	22	(197)	-	(197)	(185)	-	(185)
TFSEE.	22	(329)	-	(329)	(458)	-	(458)
RECEITA LÍQUIDA		109.836	(11.583)	98.253	149.257	(59.947)	89.310

Argo III Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Regulatorias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis		109.836	(11.583)	98.253	149.257	(59.947)	89.310
Custos gerenciáveis – Parcela “B”							
Custo de Construção		-	-	-	(8.890)	8.890	-
Serviços de terceiros	23	(5.446)	-	(5.446)	(4.120)	-	(4.120)
Materiais	23	(357)	-	(357)	(274)	-	(274)
Seguros	23	(274)	-	(274)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	23	(191)	-	(191)	(234)	-	(234)
Pessoal	23	(8.479)	-	(8.479)	(8.260)	-	(8.260)
Tributos	23	(85)	-	(85)	(117)	-	(117)
Depreciação e Amortização	23	(210)	(20.791)	(21.001)	(497)	(13.502)	(13.999)
Outros	23	(295)	-	(295)	(162)	(15)	(177)
Outras receitas operacionais		810	-	810	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		95.309	(32.374)	62.935	126.703	(64.574)	62.129
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	24	12.979	-	12.979	14.407	-	14.407
Despesas financeiras	24	(68.231)	-	(68.231)	(71.240)	-	(71.240)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		40.057	(32.374)	7.683	69.870	(64.574)	5.296
Despesas com impostos sobre os lucros							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25	(179)	-	(179)	-	-	-
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25	(12.694)	12.617	(77)	(14.788)	39.408	24.620
Resultado líquido das operações em continuidade		27.184	(19.757)	7.427	55.082	(25.166)	29.916

29.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

29.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

29.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

29.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	147.013	142.906
Ativo de Contrato (CPC 47)	(804.338)	(791.575)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	493.716	514.506
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	93.846	81.229
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	74.402	73.222
Patrimônio líquido regulatório	4.639	20.288

29.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

29.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

29.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

29.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

29.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 29.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, conseqüentemente, em despesas com depreciação/amortização.

29.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido societário	27.184	55.082
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(12.764)	(65.899)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.181	5.952
Custo de construção (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	-	8.868
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	-	(15)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	12.617	39.408
Depreciação regulatória	(20.791)	(13.480)
Lucro líquido regulatório	7.427	29.916

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O